

A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA PSICOLOGIA BRASILEIRA: DESAFIOS DIANTE DE UMA PRÁXIS LIBERTADORA¹

Michel Martins Rezende²

Conrado Pavel de Oliveira³

Kíssila Teixeira Mendes⁴

RESUMO: Este trabalho explora a relação entre Psicologia e neoliberalismo no Brasil, evidenciando como essas dinâmicas influenciam a prática psicológica. Inicialmente, analisamos o desenvolvimento histórico do capitalismo, desde o feudalismo até a consolidação do neoliberalismo, e suas implicações no cenário brasileiro, marcado por dependência e desigualdades. Em seguida, focamos na evolução da Psicologia no Brasil, ressaltando seus vínculos históricos com as elites e os desafios enfrentados para uma prática mais crítica e transformadora. A interação entre Psicologia e neoliberalismo é investigada, destacando como essa corrente econômica e ideológica molda a subjetividade e impõe desafios éticos e metodológicos à prática psicológica. Propomos uma reflexão crítica sobre essas questões e introduzimos a "Psicologia da Libertação" como uma abordagem alternativa, visando uma prática mais justa e alinhada às realidades brasileiras. O método utilizado é a revisão narrativa da literatura, com uma abordagem exploratória e qualitativa, buscando não apenas descrever, mas também compreender e teorizar sobre a relação entre neoliberalismo e Psicologia no Brasil, apontando caminhos para sua superação e contribuindo para o desenvolvimento de uma práxis psicológica comprometida com a emancipação e resistência.

Palavras-chave: Neoliberalismo e Psicologia, Capitalismo no Brasil, Psicologia da Libertação.

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa de Psicologia Social. Recebido em 23/10/23 e aprovado, após reformulações, em 22/11/2023.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: michelrezendereal@gmail.com

³ Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: conradopavel@uniacademia.edu.br

⁴ Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: kissilamm@hotmail.com

LA INFLUENCIA DEL NEOLIBERALISMO EN LA PSICOLOGÍA BRASILEÑA: DESAFÍOS ANTE UNA PRÁXIS LIBERADORA

RESUMEN

Este trabajo explora la relación entre Psicología, capitalismo y neoliberalismo en Brasil, evidenciando cómo estas dinámicas influyen la práctica psicológica. Inicialmente, analizamos el desarrollo histórico del capitalismo, desde el feudalismo hasta la consolidación del neoliberalismo, y sus implicaciones en el escenario brasileño, marcado por la dependencia y las desigualdades. A continuación, nos centramos en la evolución de la Psicología en Brasil, destacando sus vínculos históricos con las élites y los desafíos enfrentados para una práctica más crítica y transformadora.

La interacción entre Psicología y neoliberalismo se investiga, resaltando cómo esta corriente económica moldea la subjetividad e impone desafíos éticos y metodológicos a la práctica psicológica. Proponemos una reflexión crítica sobre estas cuestiones e introducimos la "Psicología de la Liberación" como un enfoque alternativo, buscando una práctica más justa y alineada con las realidades brasileñas. El método utilizado es la revisión narrativa de la literatura, con un enfoque exploratorio y cualitativo, buscando no solo describir, sino también comprender y teorizar sobre la relación entre neoliberalismo y Psicología en Brasil, señalando caminos para su superación y contribuyendo al desarrollo de una praxis psicológica comprometida con la emancipación y resistencia.

Palabras clave: Neoliberalismo y Psicología, Capitalismo en Brasil, Psicología de la Liberación.

1. INTRODUÇÃO

“As ideias dominantes de um tempo foram sempre as ideias da classe dominante” (Marx & Engels, 1848/2015, p 24).

Neste artigo, buscamos compreender a influência do modelo econômico neoliberal na Psicologia, em específico na Psicologia Brasileira, como ciência profissão. Para tanto, recorreremos à história dessa disciplina no contexto geral e no brasileiro, examinando seu desenvolvimento histórico e ressaltando como ela é modificada e, ao mesmo tempo, modifica diversos aspectos da sociedade. Seu desenvolvimento expressa as necessidades e contradições da época em que se insere, fatores que justificam sua existência como teoria e prática. Dessa forma, a história da Psicologia não se refere apenas a abstrações do passado, mas a um conjunto de conhecimentos e técnicas que foram produzidos por humanos para atender a demandas concretas, que se modificam conforme o tempo e o contexto social (Costa & Mendes, 2021).

A história da psicologia, assim como outras ciências modernas, se entrelaça com a ascensão do sistema capitalista e sua consolidação como modelo econômico vigente. Dessa forma, o capitalismo surge como um sistema econômico e social caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela busca de lucro como principal motivação das atividades econômicas. Assim, a classe trabalhadora (os proletários), alienada dos meios de subsistência, é obrigada a vender sua força de trabalho por qualquer preço para que possa sobreviver, sendo retirada de suas mãos o real valor do seu trabalho, denominado por Marx de “mais valia”, o produto do trabalho não remunerado, sendo isso o principal fator de manutenção do capitalismo. Junto ao sistema capitalista nasce o liberalismo, que acaba por se tornar a forma ideológica da elite burguesa e, por consequência, do capitalismo. Para conferir coesão à classe burguesa, o liberalismo defendia, de maneira incondicional, a propriedade privada, com o propósito de demonstrar que a busca pelo interesse individual e a plena liberdade garantiriam um equilíbrio funcional do sistema, promovendo a felicidade tanto dos capitalistas quanto dos trabalhadores (Pereira, 2004).

Baseado no que foi exposto, prosseguimos com a análise da Psicologia como ciência e profissão burguesa, destacando seus limites e contradições. Para isso, recorreremos a autores que problematizam a Psicologia a partir de uma perspectiva

crítica, marxista e latino-americana, buscando compreender como a Psicologia se relaciona com as questões sociais, políticas e culturais desse determinado povo. Nesse sentido, questionamos o papel da Psicologia na reprodução e legitimação do neoliberalismo (Costa & Mendes, 2021; Lacerda Jr, 2013).

Em seguida, apresentamos algumas possibilidades de tratamento a uma Psicologia, apontando para a necessidade de uma ruptura com o paradigma burguês e de uma construção de uma Psicologia comprometida com os interesses da classe trabalhadora. Para isso, dialogamos com propostas teóricas e práticas que visam a uma Psicologia crítica, dialética e emancipatória, que se articule com os movimentos sociais e populares e que contribua para a transformação da realidade social. Assim, defendemos que a Psicologia pode e deve ser um instrumento de luta contra o capitalismo e pela construção de uma sociedade mais justa e humana (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022).

Posteriormente, damos continuidade à análise nos moldes supracitados dialogando também – e sobretudo – com Ignacio Martín-Baró e sua Psicologia da Libertação. Nisso, debruçamo-nos sobre a particularidade da miséria colonial-dependente da Psicologia Brasileira, como expressão da particularidade da formação colonial-dependente do país. Num terceiro momento, considerando a realidade como movimento dialético e, portanto, contraditório, esboçamos uma síntese, trazendo apontamentos sobre esforços que ensejam romper com a utilidade da Psicologia Brasileira à ordem, no que se denominou de Psicologia Crítica, ao mesmo tempo em que finalizamos limitações de tais críticas e possibilidades de superação desses movimentos (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022).

A metodologia adotada para este estudo é a revisão narrativa da literatura, com foco na identificação e análise crítica dos principais temas, conceitos e argumentos abordados na literatura sobre Psicologia, neoliberalismo e suas inter-relações no contexto brasileiro. Buscamos não apenas descrever o fenômeno, mas também compreender e teorizar sobre ele, identificando os fatores que contribuem para sua ocorrência e fornecendo subsídios para a proposição de estratégias de intervenção e promoção de uma práxis psicológica comprometida com a justiça social e a emancipação.

2. Do liberalismo ao neoliberalismo, da economia a individualidade

Surgindo das fundações do sistema feudal, o capitalismo se revelou como uma força revolucionária para a época, subvertendo o domínio tradicional da aristocracia e redistribuindo o poder. Essa revolução, conforme destacado por Marx, foi alimentada por um processo de acumulação primitiva⁵, no qual propriedades da Igreja, terras comunais e domínios feudais foram violentamente apropriados. O capitalismo surge, assim, como um sistema econômico e social caracterizado pela propriedade privada dos meios de produção e pela busca de lucro como principal motivação das atividades econômicas. Junto a esse sistema capitalista nasce o liberalismo, que acaba por se tornar a forma ideológica da elite burguesa e, por consequência, do capitalismo. Para conferir coesão à classe burguesa, o liberalismo defendia, de maneira incondicional, a propriedade privada, com o propósito de demonstrar que a busca pelo interesse individual e a plena liberdade garantiriam um equilíbrio funcional do sistema, promovendo a felicidade tanto dos capitalistas quanto dos trabalhadores (Pereira, 2004). Esse cenário propiciou o surgimento do liberalismo e do capitalismo, que não apenas promoveu a queda do feudalismo, mas também se estabeleceu como a ideologia da emergente burguesia, se tornando assim a ideologia do capitalismo (Pereira, 2004; Dardot & Laval, 2016).

Adam Smith, o principal pensador do movimento, apresentou uma visão minimalista do Estado. Ele delineou três funções essenciais para o Estado: garantir a soberania nacional, oferecer proteção interna aos cidadãos e manter infraestruturas que o setor privado não considerasse lucrativo. No entanto, Smith via o mercado como um instrumento potencialmente igualitário, uma visão que foi, por vezes, otimista demais dadas as desigualdades que o capitalismo pode gerar (Pereira, 2004; Dardot & Laval, 2016).

Vale ressaltar, que o liberalismo não é uma ideologia monolítica, mas sim uma corrente de pensamento que se desdobra em duas vertentes: a política e a econômica. O liberalismo político visa estabelecer a liberdade política do indivíduo em relação ao Estado, promovendo a participação democrática e a autonomia dos cidadãos. Em

⁵ O processo histórico pelo qual os pequenos produtores independentes foram despojados de seus meios de subsistência e produção, resultando na formação das classes sociais capitalistas: a burguesia, que detém os meios de produção, e o proletariado, que não possui nada além de sua força de trabalho para vender (GRESPLAN, 2021, p. 24).

contrapartida, o liberalismo econômico preceitua a existência de uma ordem natural para os fenômenos econômicos, onde o mercado é considerado o principal regulador. Essa dualidade cria um ambiente complexo em que os princípios de liberdade individual e livre mercado são simultaneamente valorizados e desafiam o equilíbrio entre o interesse privado e o bem comum (Dardot & Laval, 2016; Pereira, 2004).

Com a crise do sistema liberal, houve a transição do estado liberal para o estado keynesiano (ou o Welfare State) com a crise de 1929. Um processo histórico complexo e multifacetado, que envolveu transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. O estado liberal, fundamentado na ideia de livre mercado, livre concorrência e não intervenção do governo na economia, entrou em crise com a quebra da bolsa de Nova York em outubro de 1929, que provocou uma profunda depressão mundial. Milhões de pessoas ficaram desempregadas, perderam suas economias e sua esperança. O Estado keynesiano, baseado nas teorias do economista britânico John Maynard Keynes, surgiu como uma alternativa ao liberalismo, propondo a intervenção do estado na regulação da economia, o aumento dos gastos públicos para estimular a demanda agregada e a implementação de políticas sociais para proteger os trabalhadores e os mais vulneráveis, a fim de salvar a experiência capitalista. O estado keynesiano (ou o Welfare State) foi adotado em diversos países, especialmente nos Estados Unidos, com o New Deal do presidente Franklin Roosevelt, e na Europa Ocidental, com o Estado de Bem-Estar Social após a Segunda Guerra Mundial. O Estado keynesiano contribuiu para a recuperação econômica, a diminuição das desigualdades e a consolidação da democracia no século XX (Pereira, 2004; Lacerda Jr., 2022).

O neoliberalismo, que surgiu em meados da década de 1940, foi moldado em um momento de ascensão do Welfare State na Europa. Seus principais defensores incluíam figuras proeminentes como Friedrich Hayek, Milton Friedman e Karl Popper. O cerne da análise neoliberal estava centrado em desafiar as crescentes intervenções do Estado no mercado e os avanços dos movimentos dos trabalhadores, que, segundo essa perspectiva, ameaçavam a essência da acumulação capitalista (Yamamoto, 2000; Pereira, 2004; Lacerda Jr., 2022).

No entanto, com o declínio do Welfare State e a crise econômica enfrentada pelo mundo capitalista nas décadas seguintes, caracterizada por estagnação e inflação elevada, os ideais neoliberais ressurgiram com força na década de 1970.

Começando com sua aplicação no Chile sob a ditadura de Pinochet, essa abordagem econômica e política rapidamente se espalhou globalmente, ganhando destaque em governos como o de Thatcher na Grã-Bretanha, Reagan nos EUA, e Kohl na Alemanha (Yamamoto, 2000; Pereira, 2004; Lacerda Jr., 2022).

No âmbito dessa discussão, torna-se imperativo ressaltar a disparidade no *modus operandi* do neoliberalismo entre os países do norte global⁶, representados por potências como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido, e os países do sul global⁷, como Brasil, Chile e Argentina, que sentem de maneira mais aguda os impactos do imperialismo, manifestando particularidades significativas em suas dinâmicas socioeconômicas. Lenin, ao debruçar-se sobre o imperialismo, caracterizado por ele como o estágio superior e mais predatório do capitalismo, evidencia a tendência das nações industrialmente avançadas de se expandirem sobre territórios menos desenvolvidos, visando não apenas a conquista de novos mercados para a absorção de seus excedentes produtivos, mas também a apropriação de recursos naturais estratégicos e a exploração de mão de obra a baixo custo. Neste processo, os países do sul global são subjugados e inseridos em uma lógica de dependência e subalternidade, o que reforça a necessidade de compreender essas dinâmicas para a construção de estratégias de resistência e para a promoção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável (Yamamoto, 1987; Lacerda Jr., 2022; Lênin, 2021).

Essa expansão imperialista, longe de ser uma solução harmoniosa, busca na verdade mitigar as contradições inerentes ao capitalismo, que se manifestam por meio da superprodução de mercadorias e da conseqüente queda nas taxas de lucro. Ao estender seu domínio sobre novos territórios, os países imperialistas visam maximizar seus ganhos econômicos, ao mesmo tempo em que aumentam sua influência política global (Yamamoto, 1987; Lacerda Jr., 2022; Lênin, 2021).

Entretanto, esse processo não ocorre sem gerar tensões e conflitos significativos. As potências imperialistas encontram-se frequentemente em disputa

⁶ O "norte global", presente em estudos pós-coloniais e transnacionais, refere-se ao primeiro mundo e aos países desenvolvidos. Estes são economicamente prósperos, possuem tecnologia avançada, sistemas políticos estáveis e alta expectativa de vida. Contudo, muitas vezes dependem da importação de materiais, energia e capital humano do sul global (Fonseca, 2016).

⁷ O "sul global" é um conceito usado em estudos pós-coloniais e transnacionais para designar tanto o terceiro mundo quanto países em desenvolvimento. Esse termo pode também abranger áreas mais pobres de nações ricas, geralmente localizadas ao sul. Ele amplia a noção de país em desenvolvimento, englobando regiões com passado marcado por colonialismo, neocolonialismo e significativas desigualdades sociais e econômicas (Fonseca, 2016).

pelas áreas de influência e pelas colônias, buscando assegurar sua hegemonia em um cenário internacional volátil. Paralelamente, os povos colonizados enfrentam as duras consequências do imperialismo, que se manifestam através da exploração exacerbada, da opressão e da erosão cultural. Assim, ao passo que o neoliberalismo e o imperialismo se entrelaçam nos países do sul global, eles impõem desafios complexos e multifacetados, exigindo análises aprofundadas e críticas para compreender suas ramificações e buscar caminhos para uma resistência efetiva (Yamamoto, 1987; Lacerda Jr., 2022; Lênin, 2021).

Assim, é essencial entender que, diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo é menos uma teoria coesa e mais uma coleção de propostas políticas. Mesclando aspectos do liberalismo clássico com vertentes conservadoras e princípios do "darwinismo social", o neoliberalismo se adapta e se redefine de acordo com as circunstâncias específicas de cada época. Dentre seus pilares centrais, destaca-se a valorização do mercado como principal mediador social e a visão de um Estado minimalista, ideias que já estavam presentes nos debates iniciais conduzidos por Hayek e seus contemporâneos (Yamamoto, 2000; Pereira, 2004; Lacerda Jr., 2022).

No final do século XX, o pensamento neoliberal promoveu não apenas a retirada do Estado de atividades produtivas, mas também a privatização e desregulamentação em larga escala. A privatização era justificada pela predominância anterior do Estado na economia, enquanto a desregulamentação visava proporcionar maior "liberdade" para as empresas privadas. No entanto, esse movimento também ampliou a dependência da população em relação ao mercado, o que provocou descontentamentos, sobretudo entre os mais pobres, que viram seus direitos sociais cada vez mais comprometidos (Pereira, 2004; Pereira, 2004; Lacerda Jr., 2022).

3. A Formação Socioeconomia no Contexto Brasileiro

A formação social brasileira é notavelmente marcada por sua história de dependência⁸. É apresentada uma visão do Brasil como uma nação que se

⁸ O Brasil, ao longo de sua história, mostrou-se dependente em sua formação social, com a colonização servindo aos interesses de acumulação capitalista das metrópoles europeias e integrando o país de forma subalterna ao comércio mundial. Esse padrão de dependência se estendeu ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, marcado por uma modernização tardia, liderada pelas elites e alinhada com interesses agrários conservadores e demandas imperialistas. A burguesia nacional, frágil e dependente, aliou-se à aristocracia rural e ao capital estrangeiro,

desenvolve lentamente, muitas vezes sem rupturas ou transformações profundas, recorrendo frequentemente à conciliação elitista. Este método, embora possa parecer uma solução a curto prazo, marginaliza consistentemente a classe trabalhadora e as necessidades da população em geral. Esta dependência não é um fenômeno recente, mas algo enraizado na história brasileira desde os dias da colonização (Lacerda Jr., 2013; Antunes; 2011).

O período colonial não foi simplesmente uma era de exploração, mas um capítulo na expansão do comércio europeu. A chegada dos europeus ao Brasil estava menos preocupada com a descoberta de novas terras e mais com a contribuição para a acumulação primitiva de capital nas metrópoles europeias. Esta dinâmica assentou as bases para um tipo particular de capitalismo no Brasil, um que não nasceu de revoluções que desafiaram o antigo regime, mas sim de um processo de modernização tardia, muitas vezes conduzido de cima para baixo, e alinhado com interesses conservadores (Lacerda Jr., 2013; Antunes; 2011).

A natureza frágil da burguesia brasileira levou à busca de alianças, frequentemente com a aristocracia rural e com capital estrangeiro. Esta coalizão resultou na formação de um Estado forte e autoritário, que gerou mudanças sociais que, em sua maioria, eram menos revolucionárias e mais sobre rearranjos de poder entre as elites. O período entre 1930 e 1964, foi caracterizado por regimes bonapartistas⁹, cuja necessidade surgia do equilíbrio instável entre forças divergentes (Lacerda Jr., 2013; Antunes; 2011).

A crise econômica mundial de 1929 foi um divisor de águas para o Brasil, catalisando uma transição de uma economia agrária e exportadora para uma mais industrializada. Embora isso tenha reduzido o poder da oligarquia latifundiária, não resultou necessariamente em maior poder para o trabalhador comum. Na verdade, para a emergente burguesia brasileira, a principal preocupação permaneceu sendo a

sustentando um Estado forte e autoritário que marginalizava a participação popular (Lacerda Jr., 2013).

⁹ O conceito de "bonapartismo" tem origens na análise marxista e refere-se à situação em que o Estado, através de um líder ou regime, eleva-se acima das classes em conflito para arbitrar e conter esse conflito, geralmente sob o pretexto de representar o interesse nacional ou geral. O termo deriva do governo de Napoleão Bonaparte na França, mas foi mais amplamente utilizado por Marx para descrever o regime de Louis Bonaparte (Napoleão III) durante o Segundo Império na França (Demier, 2016, p. 3).

garantia de seus lucros, mesmo à custa da população trabalhadora (Lacerda Jr., 2013; Antunes; 2012).

A ditadura militar, que começou em 1964, pode ser vista tanto como uma tentativa das elites de manter o Brasil alinhado com os interesses do capitalismo global quanto uma reação contra as crescentes demandas da classe trabalhadora e dos camponeses. E, embora a redemocratização nas décadas de 1970 e 1980 tenha trazido esperança de mudança, o processo ainda estava impregnado de influências da elite dominante, assegurando que a ordem capitalista permanecesse intacta (Lacerda Jr., 2013; Antunes; 2012).

A transição pós-ditadura trouxe consigo novos desafios e arranjos de poder. As classes dominantes no Brasil, em face de uma classe trabalhadora cada vez mais mobilizada e de um cenário global em mutação, adotaram o neoliberalismo como seu guia. Este programa, implementado primeiramente no governo Collor e persistente através dos governos do PT, introduziu reformas que beneficiaram principalmente o capital financeiro, muitas vezes em detrimento da população em geral. Consequentemente, as desigualdades sociais no Brasil continuaram a se intensificar, reforçando a narrativa de dependência e desintegração que tem sido tão prevalente em sua história (Lacerda Jr., 2013; Costa & Mendes, 2022; Boechat, 2017).

4. História da Psicologia com enfoque na Psicologia Brasileira

Os marcos históricos da Psicologia moderna frequentemente apontam para o estabelecimento do laboratório experimental de Leipzig por Wundt em 1879 como um ponto crucial. Até o final do século XIX, a Psicologia era predominantemente considerada uma extensão da Filosofia e não uma disciplina independente (Yamamoto, 1987; Costa & Mendes, 2021).

A emancipação da Psicologia da Filosofia é frequentemente comparada à evolução natural do conhecimento. Assim como a Filosofia, que originalmente abrangia todo o campo do saber, viu disciplinas como Astronomia, Física e Química se tornarem autônomas nos séculos XVI e XVII, e a Biologia ganhar sua independência no século XIX, a Psicologia também trilhou seu caminho para se tornar uma disciplina distinta no final do século XIX (Yamamoto, 1987; Costa & Mendes, 2021).

É reconhecido que esse desprendimento da Filosofia pela Psicologia coincide com um período em que o paradigma da subjetividade foi valorizado de forma individualizada e privada, em meio ao surgimento do liberalismo, como principal forma política e econômica (OLIVEIRA E GUZZO, 2013). Por isso, a epistemologia dessa ciência deixa um difícil conflito para seus praticantes, ao aceitar premissas dogmáticas de uma ciência supostamente neutra, incorruptível e pragmática, que se coloca a serviço do capital, em detrimento do povo oprimido (Lacerda Jr., 2022). Ao evitar tratar criticamente dos modelos hegemônicos produzidos nos grandes centros educativos europeus e norte-americanos, estão por servir ao projeto liberal e neoliberal, de uma sociedade concebida por relações sociais de produção, naturalizando tais processos, pertencente à lógica da ideologia dominante que não servem a maioria da população (Antunes, 2012).

No Brasil, a Psicologia tem raízes que datam do final do século XIX, muito antes da regulamentação da profissão em 1962. Durante esse período inicial, a Psicologia era estudada e praticada em instituições de ensino focadas em formação médica, religiosa, pedagógica e jurídica. A promulgação da lei em 1962 marcou apenas uma etapa do longo processo de estabelecimento da Psicologia como profissão autônoma no país (Lacerda Jr., 2013; Antunes, 2012; Furlan, 2017).

Ao longo da história, a Psicologia no Brasil esteve estreitamente associada às elites sociais. Semelhante ao que ocorreu nos EUA, onde a Psicologia buscava legitimidade ao se aliar aos setores mais influentes, no Brasil, esta ciência também se vinculou à classe dominante em meio às dinâmicas da luta de classes. Em 1930, marcado por insatisfações com o poder vigente, predominantemente nas mãos das oligarquias rurais, ocorre uma mudança significativa: o golpe de Estado que levou Getúlio Vargas à liderança, conhecido como Revolução de 30. Com Vargas, o Brasil inicia um processo de industrialização e a Psicologia, enquanto ciência com raízes burguesas, ganha mais espaço e relevância. Neste contexto, a Psicologia desempenhou um papel central na formulação de uma nova concepção do brasileiro, guiando intervenções sociais, especialmente aquelas voltadas ao universo laboral. (Antunes 2012). Assim, durante sua fase de consolidação, os estudos psicológicos eram orientados para contribuir com a modernização do Brasil e manutenção da ordem social, abordando tópicos como doenças mentais, formação moral e "higiene mental" (Lacerda Jr., 2013; Antunes 2012; Furlan, 2017).

O processo de estabelecimento da Psicologia como uma profissão reconhecida foi influenciado por uma série de desenvolvimentos institucionais. Tornou-se uma disciplina obrigatória em diversos cursos universitários, laboratórios de Psicologia foram estabelecidos, e cursos de formação específica para psicólogos foram introduzidos nas décadas de 1950 e 1960 em grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo (Lacerda Jr., 2013; Antunes 2012; Furlan, 2017).

No entanto, mesmo com sua crescente institucionalização, a Psicologia manteve uma estreita relação com as aspirações das elites dominantes. Por exemplo, mesmo em momentos críticos da história brasileira, como o período após o golpe militar de 1964, a profissão buscou se posicionar de maneira que não fosse percebida como uma ameaça à ordem social estabelecida. Além disso, a Psicologia brasileira, em sua produção de conhecimento, frequentemente espelhou ou internalizou conceitos e práticas dos principais centros capitalistas, refletindo uma forma de "dependência colonial" que alguns críticos alegam ter enfraquecido e limitado o desenvolvimento autônomo e relevante da disciplina no contexto brasileiro (Lacerda Jr., 2013; Furlan, 2017).

A crítica à Psicologia brasileira, no contexto de uma sociedade capitalista dependente, sugere que a profissão, muitas vezes, reforçou ideologias burguesas e perpetuou estruturas de poder existentes. A influência de teorias e práticas estrangeiras na Psicologia brasileira é vista por alguns como um sintoma da "miséria da Psicologia", onde a dependência colonial resultou em uma adaptação acrítica de ideias estrangeiras, muitas vezes sem levar em consideração as especificidades e necessidades da realidade brasileira (Lacerda, 2013; Costa & Mendes, 2022; Antunes 2012; Boechat, 2017).

Desde os anos 1970, a Psicologia brasileira tem experimentado uma série de mudanças e desafios significativos. Inicialmente, a ciência da Psicologia estava fortemente vinculada a ideias conservadoras, reforçando a ordem social injusta e a opressão no contexto do capitalismo dependente. No entanto, a Psicologia brasileira não se limitou apenas a essas abordagens; ela também se tornou um espaço de crítica e rebelião, enfrentando o status quo (Lacerda Jr., 2013; Costa & Mendes, 2022; Antunes 2012; Boechat, 2017, Furlan, 2017).

Com o golpe militar, surgiram ideias individualistas e práticas conservadoras na Psicologia. No entanto, paralelamente, houve esforços na reorganização e resistência

contra o regime militar e o sistema capitalista, resultando em cisões e transformações dentro da disciplina. Novas abordagens teóricas e práticas surgiram em resposta, assim como debates sobre a "crise" da Psicologia (Lacerda Jr., 2013; Costa & Mendes, 2022; Antunes 2012; Boechat, 2017, Furlan, 2017).

A psicanálise no Brasil produziu diversos estudos críticos, mas também teve momentos em que se associou a práticas conservadoras. A proliferação do marxismo e de outras teorias críticas nas universidades durante a abertura democrática dos anos 1970 foi fundamental para impulsionar a crítica à Psicologia dominante e buscar alternativas. As noções de "Psicologia alternativa" e "contra Psicologia" surgiram nesse período, propondo mudanças radicais no papel e nas abordagens da Psicologia no Brasil (Lacerda Jr., 2013; Yamamoto, 1987).

A influência do marxismo e da psicanálise foi marcante na formação da Psicologia crítica brasileira, especialmente no contexto das lutas contra a ditadura militar. Contudo, desde os anos 1980, o Brasil e a Psicologia brasileira passaram por diversas transformações, com mudanças no cenário político, social e teórico. A ordem neoliberal e a crítica ao marxismo trouxeram novos desafios e direções para a Psicologia no país (Lacerda Jr., 2013; Yamamoto, 1987).

No início de sua formação, a Psicologia brasileira era fortemente marcada por características clínicas, educacionais e elitistas, refletindo uma estrutura social e econômica desigual. Essa orientação não apenas definia os ambientes em que os psicólogos trabalhavam, mas também as ideologias que respaldavam sua prática. A Psicologia, enquanto ciência, muitas vezes se alinhava a ideologias liberais, servindo como um instrumento que reforçava as disparidades presentes na sociedade capitalista brasileira. No entanto, a virada do século testemunhou transformações significativas no campo. A proliferação de pensadores, professores e profissionais com uma perspectiva crítica da Psicologia sugere uma evolução na maneira como a profissão é percebida e praticada (Lacerda Jr., 2013; Costa, 2022; Boechat, 2017).

Esse movimento de mudança foi impulsionado por vários fatores. A instabilidade econômica do país, por exemplo, influenciou a maneira como os psicólogos eram percebidos e contratados, levando muitos a abandonar o modelo liberal e autônomo tradicionalmente associado à profissão. Simultaneamente, a democratização brasileira, nas últimas décadas do século XX, trouxe novos horizontes para a Psicologia, permitindo que os profissionais ingressassem em espaços

anteriormente inexplorados, especialmente aqueles relacionados ao bem-estar social. No entanto, a entrada em novos ambientes não necessariamente implicou em uma transformação das práticas psicológicas; em muitos casos, as abordagens tradicionais ainda predominavam. Importantes debates teóricos e ideológicos também desempenharam um papel crucial na remodelação do campo. Movimentos políticos de psicólogos, em particular, trabalharam arduamente para redefinir as diretrizes profissionais e desafiar conceitos que eram excessivamente individualizantes e simplificadores do ser humano. O lema do "compromisso social" da Psicologia reflete esse impulso transformador. Ainda assim, enquanto a Psicologia brasileira se aproximou mais das classes trabalhadoras, essa mudança não foi necessariamente motivada por uma evolução nas crenças ideológicas, mas também pela necessidade dos profissionais de se adaptarem a um mercado de trabalho em transformação (Lacerda Jr., 2013; Costa, 2022; Boechat, 2017).

5. Psicologia e Neoliberalismo uma dissociação improvável

A relação entre a Psicologia e o neoliberalismo é, antes de tudo, um entrelaçamento orgânico. É imperativo reconhecer que a Psicologia, desde suas raízes, não se desvinculou das necessidades da sociedade burguesa emergente, proporcionando assim uma base científica para o entendimento e gerenciamento das individualidades que essa sociedade propiciou e necessitou. Uma análise apurada revela uma trajetória na qual a Psicologia se manifestou e evoluiu em congruência com os imperativos dessa ordem socioeconômica específica (Costa & Mendes, 2021; Yamamoto, 1987).

A “ciência da alma”, como por vezes é referenciada a Psicologia, desde a sua concepção, alimentou-se da compreensão individualizada do ser, proporcionando um terreno fértil para o estudo detalhado e, por consequência, a administração do individual (Costa & Mendes, 2021; Yamamoto, 1987).

Pierre Dardot e Christian Laval, ao desbravar os intrincados caminhos do neoliberalismo, proporcionam uma compreensão ampliada de como esta ideologia vai além de ser um mero sistema econômico, atuando como uma verdadeira racionalidade que permeia e modela as esferas do governo e do comportamento individual. Para eles, o neoliberalismo se apresenta como um poderoso agente de organização social, determinando não somente as ações dos líderes políticos, mas

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p.729-752, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483

também a conduta cotidiana dos cidadãos. Dessa forma, ele molda nossa percepção de mundo e de nós mesmos, influenciando profundamente as estratégias governamentais, empresariais e institucionais, além de penetrar na essência da subjetividade individual (Dardot & Laval, 2016; Moraes 2019).

A "economia psíquica" surge, então, como um conceito-chave para compreender esse fenômeno, destacando a forma como o neoliberalismo reconfigura as subjetividades, transformando as pessoas em entidades auto empreendedoras, constantemente em busca de auto otimização. Sob essa lógica, a competição se torna um imperativo, e as relações humanas são transmutadas em transações de mercado, onde o outro é visto não como um companheiro ou igual, mas como um concorrente a ser superado. A ênfase desmedida no desenvolvimento pessoal e no sucesso individual acaba por erodir o senso de coletividade e solidariedade, à medida que cada um é instigado a buscar incessantemente a sua própria vantagem (Dardot & Laval, 2016; Moraes 2019).

Portanto, a "economia psíquica" do neoliberalismo não somente redesenha o panorama econômico e político, mas também incide profundamente sobre a esfera íntima do ser, alterando nossa forma de pensar, sentir e agir. Relações sociais, sob essa lente, são transmutadas em relações de mercado, impregnadas por uma lógica de competição e auto interesse. Assim, o neoliberalismo se revela não apenas como uma configuração econômica, mas como um modo de vida, cujas repercussões na psique individual e na estrutura social são vastas e profundas, demandando reflexão crítica e conscientização para sua plena compreensão e questionamento (Dardot & Laval, 2016; Moraes 2019).

Esta conceituação de individualidade não se desprende apenas no aspecto de consciência e comportamento, mas permeia a noção de autonomia e propriedade. O individualismo que permeia o pensamento neoliberal encontra seu reflexo na propensão da Psicologia em explorar, compreender e explicar o ser humano através das lentes da própria individualidade, sem considerar com a devida profundidade as influências, muitas vezes intrincadas, do coletivo e do contexto (Costa & Mendes, 2021; Lacerda Jr; 2013; Lacerda & Guzzo, 2022; Yamamoto, 1987).

A propriedade privada, a base da ideologia neoliberal, ecoa nas concepções psicológicas de auto propriedade e autogestão. Esta correlação não é coincidência, mas um reflexo da imbricação das práticas psicológicas e os imperativos econômicos

do capitalismo. O trabalhador, sob esta lente, torna-se o agente autônomo de seu destino, desconsiderando as relações de poder e exploração subjacentes à sua suposta “autonomia” (Costa & Mendes, 2021; Lacerda Jr; 2013; Lacerda & Guzzo, 2022; Yamamoto, 1987).

Esta abordagem aliena o indivíduo de uma compreensão integrada de sua existência, onde o social e o individual são vistas como entidades distintas e dissociadas, ao invés de dimensões interconectadas do ser. Aqui, as dicotomias surgem, entre o indivíduo e o coletivo, o privado e o público, o interno e o externo, colocando um véu sobre a interdependência intrínseca desses aspectos do ser e do existir (Costa & Mendes, 2021; Yamamoto, 1987).

As ramificações para a prática psicológica são significativas. Elas permeiam não apenas as metodologias de avaliação e intervenção, mas também influenciam os fundamentos éticos e filosóficos da disciplina. O valor intrínseco do indivíduo, o respeito por sua autonomia e o imperativo ético de promover o seu bem-estar são todos moldados por uma concepção de ser que, conscientemente ou não, reflete os valores e estruturas da ordem capitalista, por consequência do neoliberalismo (Costa & Mendes, 2021; Yamamoto, 1987).

Marx, em sua incisiva análise do capitalismo, traça um panorama de uma sociedade que marginaliza o humano em detrimento de seus produtos e propriedades. Em um sistema onde o valor intrínseco do indivíduo é eclipsado pelo valor dos bens que ele produz, a dignidade e o sentido do eu humano são esmaecidos. Está escalada do materialismo não apenas relega o ser humano ao papel de mero produto, mas também promove uma distorção na forma como percebemos a nós mesmos e aos outros. O valor passa a ser medido não por nossa humanidade, mas pela quantidade e qualidade do que podemos produzir ou possuir. E essa distorção não se limita à economia ou à política, mas se infiltra em nossa compreensão da mente e do self, levando a uma Psicologia que, muitas vezes, se desvia de entender a profundidade e a complexidade da experiência humana. Em vez disso, essa Psicologia tende a se concentrar em abstrações idealizadas, distantes da realidade tangível e palpável da condição humana em um mundo dominado pelo capital (Costa & Mendes, 2021; Yamamoto, 1987; Costa 2022).

6. Para Uma Psicologia da Libertação

Ao nos aprofundarmos na história da Psicologia no contexto latino-americano, especialmente no Brasil, é crucial considerar as diferenças intrínsecas de seu desenvolvimento. O capitalismo brasileiro, moldado por um passado colonial-escravocrata, apresenta características singulares que, por sua vez, influenciaram a forma como a Psicologia se desenvolveu na região. Martín-Baró (1986/2022) sugere que uma "miséria da Psicologia Latino-Americana" tem raízes em uma longa história de dependência colonial (Costa & Mendes, 2021; Martín-Baró, 1986 apud Guzzo & Lacerda Jr, 2022; Filho & Júnior; 2020).

Essa dependência está enraizada em uma dupla miséria: a miséria capitalista e a miséria colonial-dependente. Durante o processo de acumulação originária na Europa Ocidental, onde a Psicologia moderna nasceu, houve uma intensa exploração das metrópoles nas colônias das Américas. Antunes (2012) argumenta que, durante a era colonial e o século XIX brasileiro, a Psicologia hegemônica reforçava ideias eurocêntricas e racistas que legitimavam a colonização (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022; Filho & Júnior; 2020).

A discussão sobre a criação de uma Psicologia da Libertação nos países latino-americanos proposta por Ignacio Martín-Baró é crucial para o desenvolvimento social e a autonomia das maiorias oprimidas. É evidente que para que a psicologia contribua efetivamente para o bem-estar dos povos latino-americanos, é necessário uma redefinição profunda e crítica de suas bases teóricas e práticas. Isso implica em uma transformação radical que vá além do acadêmico e do teórico, mergulhando profundamente nas vivências, sofrimentos, aspirações e lutas dos próprios povos latino-americanos. A Psicologia, portanto, deve romper com suas próprias correntes e servidões teóricas para realmente atuar na libertação dos indivíduos e das sociedades (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022; Filho & Júnior; 2020).

Ao refletir sobre a Teologia da Libertação e suas intuições essenciais, podemos extrair paralelos importantes para a construção dessa Psicologia da Libertação. Primeiramente, a necessidade de promover a vida e lutar contra as estruturas de opressão que sufocam os povos latino-americanos. Segundo a primazia da prática sobre a teoria, enfatizando a necessidade de ações concretas que resultem em transformações reais na sociedade. Terceiro, a opção preferencial pelos pobres,

reconhecendo que a verdadeira transformação e libertação devem começar com aqueles que são mais marginalizados e oprimidos (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022; Filho & Júnior; 2020).

O foco deve ser nos oprimidos pois, como explicita Paulo Freire em sua reflexão crítica sobre as dinâmicas de poder e opressão, ressalta a importância da liberdade e do protagonismo dos oprimidos em sua própria jornada de emancipação. Ele defende que a verdadeira libertação é um processo intrinsecamente humano, que emerge da luta incansável dos oprimidos para reconquistar sua humanidade, brutalmente usurpada pelos opressores. Freire enfatiza que os oprimidos não podem esperar auxílio dos opressores, pois a aliança com eles é uma contradição em termos, tendo em vista que os opressores têm seus privilégios arraigados na manutenção do status quo. Contudo, ele também vislumbra uma dimensão transformadora nesse processo, argumentando que, ao se libertarem, os oprimidos têm o poder de humanizar até mesmo os opressores, promovendo uma metamorfose nos desumanizados e plantando as sementes para uma sociedade mais justa e equitativa. Essa visão sutilmente otimista sublinha o potencial redentor da resistência e da luta por justiça, destacando o papel central dos oprimidos em redefinir os contornos de sua própria existência e, por extensão, da sociedade como um todo (Freire, 1997/2022).

Um novo horizonte para a Psicologia latino-americana exige uma mudança de foco, deixando de lado preocupações excessivas com status científico e social para realmente servir às necessidades das maiorias populares. Isso envolve enfrentar a miséria opressiva, a dependência e as condições inumanas que são impostas às grandes maiorias, propondo-se a contribuir ativamente para a libertação histórica desses povos das estruturas sociais que os mantêm oprimidos (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022; Filho & Júnior; 2020; Costa 2022).

A Psicologia, tradicionalmente focada na libertação pessoal, deve expandir sua visão e prática para abraçar também a libertação social. Isso envolve reconhecer a íntima relação entre desalienação pessoal e social, e entender que a patologia individual não pode ser separada do contexto histórico e social. A Psicologia deve, portanto, trabalhar não apenas para o empoderamento individual, mas também para a transformação social e a libertação dos povos latino-americanos (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022; Filho & Júnior; 2020; Costa 2022).

Uma nova epistemologia é necessária, uma que esteja a serviço das necessidades de libertação dos povos latino-americanos. Isso implica adotar uma perspectiva de baixo para cima, começando a partir das experiências e realidades das próprias maiorias oprimidas. Ao invés de impor teorias e soluções, a Psicologia deve aprender a dialogar, teorizar e praticar com e a partir desses povos, reconhecendo-os como sujeitos ativos em sua própria libertação. Assim, a Psicologia da Libertação emerge não apenas como uma proposta teórica, mas como um compromisso prático e ético com a transformação social e a emancipação dos povos latino-americanos (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022).

A realidade é que, embora países como Brasil e El Salvador possam compartilhar certas características com nações capitalistas centrais, como os EUA e a Alemanha, suas histórias e contextos são profundamente diferentes. A Psicologia, se quiser ser relevante e útil, deve levar isso em conta. Em vez de buscar apenas reproduzir modelos e teorias de outros lugares, a Psicologia Latino-Americana deve se esforçar para desenvolver uma compreensão genuína e crítica de suas próprias realidades (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022 Filho & Júnior; 2020; Costa 2022).

Em conclusão, a trajetória da Psicologia na América Latina, marcada por uma longa história de colonização e dependência, é repleta de desafios e oportunidades. A visão de Martín-Baró para uma "Psicologia da Libertação" oferece um caminho promissor para enfrentar esses desafios e aproveitar essas oportunidades. Através de uma prática e teoria mais engajadas, a Psicologia pode desempenhar um papel crucial na construção de um futuro mais justo e equitativo para todos os povos da América Latina (Costa & Mendes, 2021; Guzzo & Lacerda Jr, 2022 Filho & Júnior; 2020; Costa 2022).

Mesmo estando situados em contextos distintos, El Salvador e Brasil, Martín-Baró encontrou em Paulo Freire uma fonte rica de inspiração para forjar sua abordagem libertadora no campo da Psicologia, enxergando na conscientização um instrumento crucial para emancipar as classes subjugadas. Através dos escritos de Freire, Martín-Baró foi capaz de vislumbrar um caminho concreto e viável a ser seguido, consolidando uma perspectiva transformadora que se mostrou essencial para a renovação das práticas psicológicas em busca de uma sociedade mais justa e igualitária (Guzzo & Lacerda Jr, 2022 Filho & Júnior; 2020; Costa 2022).

7. Conclusão

O debate em torno da Psicologia Brasileira em sua interface com o contexto social, histórico e político, não é meramente teórico. Trata-se de uma reflexão que mergulha nas raízes do que constitui a identidade e a prática psicológica no país, bem como suas interações com o tecido sociopolítico da nação.

Historicamente, a Psicologia no Brasil sofreu uma série de influências, refletindo a trajetória de desenvolvimento do próprio país, com suas nuances e contradições. A herança colonial, em sua complexidade, impactou a forma como essa ciência se enraizou, cresceu e se diversificou no cenário nacional (Antunes, 2012; Antunes, 2011).

Nesse contexto, observamos uma tensão inerente à Psicologia: por um lado, ela busca emancipar, compreender e amparar as subjetividades; por outro, está enraizada em uma estrutura que, em diversos momentos, promove a alienação e a reprodução de desigualdades. A crítica à Psicologia Brasileira, portanto, não é um ataque à sua essência, mas sim um convite à reflexão sobre suas limitações e possibilidades (Antunes, 2012; Lacerda Jr, 2013; Antunes, 2011).

Um ponto central deste debate é a interação dialética entre a Psicologia e a sociedade. Por exemplo, no período colonial e nos primeiros séculos após a independência, por exemplo, vimos surgirem vozes dissonantes, questionando as práticas e ideias psicológicas dominantes. Estes momentos de resistência, como a Psicologia Social Crítica na década de 1970, demonstram que a disciplina não é monolítica. Ela é dinâmica e reflexo das lutas sociais e dos movimentos de sua época (Antunes, 2012; Lacerda Jr, 2013, Costa & Mendes, 2021).

Desta feita, reflete-se sobre as limitações e possibilidades da Psicologia no contexto de uma sociedade estruturada pelo capitalismo, evidenciando uma dialética entre os movimentos de aproximação a políticas sociais e tentativas de superação de uma postura elitista, e as barreiras impostas pela estrutura vigente. Apesar dos avanços e da adoção de posturas críticas, a Psicologia ainda se encontra atrelada à ordem burguesa e, por isso, suas possibilidades de transformação são restritas. Costa & Mendes (2021) destacam essas contradições, ressaltando que, mesmo diante de um cenário limitador, não se deve desconsiderar os esforços e o potencial transformador e emancipador presentes na Psicologia, que pode contribuir para a

mitigação de sofrimentos e promoção de uma consciência crítica, mesmo atuando dentro de suas limitadas fronteiras centradas na epistemologia do indivíduo burguês (Costa & Mendes, 2021).

Ao longo de nossa discussão, exploramos diversas facetas da complexa relação entre Psicologia, sociedade e as estruturas de poder, de possibilidade de caminhos trilhados por Martín-Baró e Paulo Freire em busca de uma prática psicológica mais libertadora e humanizada. Entretanto, é importante reconhecer que diversos outros temas pertinentes a essa discussão não puderam ser abordados devido à limitação de espaço, como uma análise mais aprofundada das críticas de Costa e Mendes impossibilidade de resolução da Psicologia por meio de iniciativas como a Psicologia da Libertação e ou a exploração de outros aspectos que ligam a Psicologia ao neoliberalismo. Estes são tópicos ricos e complexos que certamente merecem atenção e que poderiam ser objeto de futuras investigações, contribuindo ainda mais para o entendimento e a transformação da Psicologia em uma ferramenta de libertação social.

Espera-se que, apesar dessas limitações, as reflexões aqui apresentadas tenham sido claras e proporcionado uma visão satisfatória sobre o assunto, incentivando o leitor a pensar criticamente sobre o papel da Psicologia na sociedade e as possibilidades de atuação profissional pautadas na emancipação e na justiça social. Afinal, o compromisso com a transformação social e a luta contra as opressões deve permear as práticas psicológicas, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e humana.

Referências

Antunes, Ricardo. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p.

Antunes, Mitsuko Aparecida Makino. **A Psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições**, v. 32, n. spe. 44–65, 2012. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/j6f3HznKpVNrWskM3gcPGpy/> . Acesso em: 15 abril de 2023.

Boechat, Filipe Milagres. **A psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular**. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 37, p. 57-70, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/r9hkM8Rk4YkfwqmJg3LfycJ/?format=html>. Acesso em: 15 abril de 2023.

Costa, Pedro; Farias, Tadeu Mattos. **Contribuições da teoria marxista da dependência à (crítica da) psicologia brasileira**. *Geminal: marxismo e educação em debate*, v. 14, n. 1, p. 331-360, 2022. Disponível em: [Vista do Contribuições da Teoria Marxista da Dependência à \(crítica da\) psicologia brasileira \(ufba.br\)](https://www.ufba.br/teoria-marxista-da-dependencia-a-critica-da-psicologia-brasileira). Acesso em: 16 de abril de 2023.

Costa, Pedro Henrique Antunes Da; Mendes, Kíssila Teixeira. **A Miséria Da Psicologia Brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência**. 2021. v. 16, n. 2, p. 1-17. *Pesquisa e Prática em Psicologia Social*, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000200009 . Acesso em: 16 de abril de 2023.

Costa, Pedro Henrique Antunes Da; MENDES, Kíssila Teixeira. *Psicologia, 60 anos, e a Crítica da Crítica*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, p. e262857, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Td574T5WCMRTzMFxTQKLY7F/>. Acesso em: 16 de abril de 2023.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p.

Demier, Felipe. **Bonapartismo: O Fenômeno E O Conceito**. *Revista Outubro*, N. 25, P. 173-203, 2016. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/8_Felipe-Demier.pdf. Acesso em: 22 de abril de 2023.

Filho, Antonio Euzébio; Júnior, Osvaldo Gradella. **Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira**. *Teoría y Crítica de la Psicología*, v. 14, p. 89-111, 2020. Disponível em: [Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira | Teoría y Crítica de la Psicología \(teocripsi.com\)](https://teocripsi.com/psicologia-critica-praxis-politica-classe-e-neoliberalismo-um-enfoque-na-psicologia-brasileira). Acesso em: 22 de abril de 2023.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p.729-752, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483

Fonseca, Lucas Ribeiro De Belmont. **O Sul Global e o Desenvolvimento do Conceito da Responsabilidade de Proteger: CIBAS e o Caso Líbio**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso–Graduação em Relações Internacionais-Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1664/1/LRBF19072017.pdf>.

Acesso Em: 15 De junho De 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 84. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2019. 256 p.

Furlan, Vinicius. **Psicologia e a Política de Direitos: Percursos de uma Relação**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, p. 91-102, 2017. Disponível em: scielo.br/j/pcp/a/nLgGQhM3wtRfVdX5LDvL8DC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 de junho de 2023.

Guzzo, Raquel S. L.; Lacerda Jr., Fernando. (Orgs.). **Psicologia social para América Latina: O resgate da Psicologia da libertação**. 3ª ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2022. E-pub.

Lacerda Jr., Fernando. **Capitalismo dependente e a Psicologia no Brasil: das alternativas à Psicologia Crítica**. 2013. V, 3. P. 216-263. Teoría y Crítica de la Psicología, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/riserver/api/core/bitstreams/756662b9-c9cb-415a-b2c0-2a7e03e2b9f4/content>. Acesso em: 15 de setembro de 2023.

Lênin, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 192 p.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015. 254p.

Pereira, William Eufrásio Nunes. **Do Estado Liberal Ao Neoliberal**. Revista INTERFACE-UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506, v. 1, n. 1, 2004. Disponível em: <https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php/interface/article/view/10>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

Oliveira, Lucian Borges; Guzzo, Raquel Souza Lobo; Tizzei, Raquel Pondian; Neto, Walter Mariano De Faria Silva. A Vida E A Obra De Ignácio Martín-Baró: o paradigma da libertação. In Anais do XVIII Encontro de Iniciação Científica, Campinas, SP, p. 28, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/75645921/Vida_e_a_Obra_de_Ign%C3%A1cio_Mart%C3%ADn_Bar%C3%B3_e_o_Paradigma_da_Liberta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, p.729-752, jan./jun. 2024 – ISSN 2674-9483

Yamamoto, Oswaldo Hajime. **A crise e as alternativas da Psicologia**. São Paulo: Edicon, 1987. 88 p.

Yamamoto, Oswaldo Hajime. **A psicologia em movimento: entre o'gattopardismo'e o neoliberalismo**. Psicologia Social. p. 221-233, 2000.